

Mulheres na política internacional: os tectos de vidro



Ana Gomes
Member of the
European Parliament
for the Portuguese
Socialist Party

NO DIA EM que os e as militantes socialistas franceses escolheram Ségolène Royal para candidata à presidência, o Parlamento Europeu aprovou um relatório sobre o tema 'Mulheres na Política Internacional' (insert link?). Redigido por mim, nele se procura identificar o que se passa quanto à participação de mulheres nos centros de poder da política internacional. E nele se fazem recomendações para suprir o défice dessa participação.

Há alguns progressos nesta matéria: eleições recentes conduziram mulheres à chefia do Estado na Finlândia, na Libéria e no Chile e do governo na Alemanha, na Jamaica e na Coreia do Sul. A Presidência da União Europeia é actualmente, e pela segunda vez consecutiva, assumida por uma mulher, a Chanceler Angela Merkel. Nancy Pelosi tornou-se a primeira mulher Presidente da Câmara dos Representantes nos Estados Unidos da América. Várias mulheres assumem hoje as pastas dos Negócios de Estrangeiros, da Defesa, das Finanças. E foi recentemente aprovada a criação do Instituto Europeu para a Igualdade entre Homens e Mulheres.

Mas o mediatismo destes avanços não ilude a crueza das estatísticas que, a nível mundial, mostram uma realidade que ainda deixa muito a desejar:

- apesar da Declaração de Pequim e dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, em apenas 15 dos 191 Membros da ONU os Chefes de Estado

ou de Governo são mulheres. E só 16 % dos parlamentares de todo o mundo são mulheres.

- apesar da Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU desde o ano 2000 instar à incorporação de mulheres a todos os níveis na negociação e resolução de conflitos internacionais e em missões de paz, apenas se contam nove mulheres entre os 91 enviados ou representantes do Secretário-Geral. E as mulheres continuam sub-representadas nas missões de prevenção e resolução de conflitos, sobretudo em postos cimeiros.

Na Europa, o panorama não é melhor. Apesar da resolução 2025 do PE, também aprovada em 2000, e apesar do Roteiro da Comissão Europeia para a Igualdade entre Homens e Mulheres, não temos ainda uma Comissão Europeia com composição paritária. E conta-se apenas uma mulher entre os 14 lugares de Representantes Especiais e Pessoais, Enviados ou Coordenadores Especiais do «Sr. PESC»; e entre os actuais 107 Chefes de Delegação da Comissão Europeia pelo mundo fora apenas sete são mulheres.

E, no entanto, abundam na Europa mulheres qualificadas, competentes e experientes em matéria de relações internacionais, direitos humanos, segurança e defesa, justiça, administração pública, organização eleitoral, comunicação e media e outras valências essenciais na negociação diplomática, em missões de paz e de prevenção e res-

olução de conflitos. Elas enxameiam todos os níveis das instituições europeias e das administrações públicas, empresas, universidades e ONGs dos países europeus. Todos os níveis, excepto no topo: nos órgãos cimeiros de poder e decisão política e económica na Europa, as mulheres continuam escandalosamente sub-representadas. Aliás, apesar de o número de mulheres que possuem um diploma universitário ser actualmente superior ao dos homens, o fosso salarial relacionado com o género chega na UE a alcançar uma média de 15%, quando comparados empregos de valor equivalente, em evidente desrespeito por toda a legislação nacional e comunitária contra a discriminação de género.

Como reconheceu o Comissário Frattini, no debate parlamentar sobre este relatório: 'São os homens quem ainda toma a maioria das decisões. Os estereótipos e a discriminação persistem. As parcialidades dos sistemas de recrutamento e promoções estão generalizadas'. De facto, persiste nos sistemas de recrutamento e de promoção a tendência de perpetuar 'the old boys network', excluindo as mulheres dos esquemas informais de co-optação. Eles são particularmente prevaletentes nos partidos políticos e nos órgãos de decisão política e económica, cujo preenchimento eles determinam, a nível nacional e internacional. Mais que o desequilíbrio da repartição de responsabilidades familiares e profissionais - em que as mulheres continuam a ser sobrecarregadas - este é o principal factor impeditivo de um maior número de mulheres ascender a cargos de poder a nível nacional e internacional e de participar mais em missões da ONU, UE, OSCE, NATO ou outros enquadramentos internacionais.

Além das estatísticas serem já de si significativas, nesta matéria é fundamental ir para além dos números: a participação das mulheres na política tem de ser assegurada, não só por uma questão de justiça equitativa e porque

os números contam para que haja suficiente 'massa crítica' para fazer a diferença, tanto nacional como internacionalmente; mas também, fundamentalmente, pela diferença substantiva que a presença das mulheres faz na definição das agendas políticas. Pela definição do que interessa: pelos direitos humanos - e os das mulheres em especial; pela paz, reconciliação e justiça; pela boa governação, pela transparência da administração pública e pela prestação de contas. Enfim, por uma verdadeira democracia e pelo Estado de direito.

A diferença qualitativa que a participação de mulheres faz em missões de paz ou em negociações internacionais é reconhecida pelo Conselho de Segurança da ONU, através da Resolução 1325, como essencial para a melhoria do desempenho e eficácia das próprias missões. Mulheres constituem a maioria esmagadora das vítimas de conflitos, entre deslocados e refugiados. Não foram elas quem, em regra, tomou as decisões que desencadearam ou prolongam essas guerras e conflitos. Mas sem dar voz às mulheres nessas sociedades e sem as envolver nos processos de paz, é sabido que não há reconciliação, nem solução duradoura. Ora a presença de mulheres na intermediação internacional é vital para incutir confiança e incentivar a participação das mulheres locais. O recente destacamento para a Libéria de um contingente de Polícia da ONU integralmente composto por mulheres indianas, resulta exactamente do reconhecimento das razões de eficácia da missão que a composição feminina implica. É justamente isso que o relatório do PE 'Mulheres na Política Internacional' recomenda ao SG e ao CS da ONU e aos responsáveis pela Política Europeia de Segurança e Defesa: que não se limitem a enunciar a doutrina e a passem à prática trabalhando para incluir massivamente mulheres em todas as missões de manutenção de paz, resolução de conflitos ou estabelecimento da paz.

O relatório contém outras recomendações, dirigidas aos mais importantes actores da cena política internacional, incluindo a ONU, a União Europeia e os seus Estados Membros, autoridades regionais e locais, parlamentos nacionais e partidos políticos.

Aos governos europeus e à Comissão da UE cabem particulares responsabilidades de propor e incentivar mulheres a candidatarem-se a cargos de topo na cena internacional, no interesse de uma PESC e de uma PESD eficazes. Mas não basta nomear mulheres para cargos, é também vital pôr em prática medidas que permitam a mulheres e homens conciliar a vida familiar e profissional, o que passa por fazer necessárias adaptações a horários e métodos de trabalho.

É fundamental que os partidos políticos europeus promovam com seriedade a participação equilibrada de ambos os sexos nas suas listas de candidatos. É fundamental que eliminem todos os entraves que, directa ou indirectamente, prejudicam a participação das mulheres, para assegurar o seu envolvimento, a todos os níveis do processo de tomada de decisão, em todas as estruturas políticas e em todos os processos de nomeação, em pé de igualdade com os homens. O relatório apela a um aumento das oportunidades de formação, com vista à aquisição das competências necessárias ao ingresso na carreira na política e ao acesso a cargos de alto nível.

Propõem-se também programas educativos de sensibilização dos cidadãos para a igualdade dos direitos das mulheres. Se no norte da Europa a sensibilidade para as questões do género já ganhou terreno, noutros países europeus abundam os estereótipos de género, por vezes chocantes, na publicidade, nos media, no vocabulário de todos os dias e mesmo em linguagem oficial, etc., sem que governantes e responsáveis políticos prestem atenção.

O relatório exorta a Comissão Europeia a utilizar os instrumentos

comunitários em matéria de relações externas e de cooperação para o desenvolvimento como motores da promoção da igualdade de género em países terceiros, assumindo que a discriminação nesta base constitui de facto uma violação dos direitos humanos de mais de metade da população desses países e que sem a participação das mulheres não se alcançarão os Objectivos do Milénio, nem reais progressos na boa governação de qualquer país.

Uma representação equilibrada de cada sexo nos centros de decisão política e económica é indispensável na UE e em todo o mundo. Sem ela, não há realmente democracia representativa. Sem suficientes mulheres a determinar a agenda política, a democracia fica em défice. Para combater este défice é necessária determinação política. Prova disso é o governo paritário de José Luis Zapatero. Ou a actual Câmara de Deputados do Ruanda que, por impulso da ONU, modificou o sistema eleitoral de forma a garantir a paridade, apresentando hoje a mais elevada taxa de mulheres parlamentares a nível mundial: 48,8%. Estes exemplos provam que as mudanças neste domínio poderiam ser bem mais céleres. Bastava para isso haver mais e melhor liderança. Com vontade política. Para quebrar os tectos de vidros.